

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Portaria nº 799, de 25 de maio de 2021.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 1º Quadrimestre de 2021, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário, referentes ao período de maio de 2020 a abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Luís, 25 de maio de 2021.

Des. **José Joaquim Figueiredo dos Anjos**
Presidente

Anexos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	TOTAL (ÚLTIMOS	
													12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.620.923,91	12.779.308,71	12.637.959,28	12.632.422,73	12.587.142,25	13.259.397,09	21.261.694,87	22.877.862,69	16.178.006,35	13.011.831,87	12.860.504,99	12.895.159,64	175.602.214,38	2.480.375,03
Pessoal Ativo	10.992.929,31	11.151.371,86	11.018.433,44	11.012.896,89	11.032.488,13	11.687.929,23	18.902.545,76	21.309.744,23	13.839.667,00	11.452.939,09	11.303.084,47	11.339.261,40	155.043.290,81	2.480.375,03
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.260.730,27	9.405.480,48	9.272.773,82	9.263.409,81	9.280.492,30	9.932.407,14	15.921.590,36	19.498.800,10	12.128.118,78	9.689.730,90	9.586.239,24	9.606.904,60	132.846.677,80	2.480.375,03
Obrigações Patronais	1.732.199,04	1.745.891,38	1.745.659,62	1.749.487,08	1.751.995,83	1.755.522,09	2.980.955,40	1.810.944,13	1.711.548,22	1.763.208,19	1.716.845,23	1.732.356,80	22.196.613,01	-

Pessoal Inativo e Pensionistas	1.627.994,60	1.627.936,85	1.619.525,84	1.619.525,84	1.554.654,12	1.571.467,86	2.359.149,11	1.568.118,46	2.338.339,35	1.558.892,78	1.557.420,52	1.555.898,24	20.558.923,57	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.101.213,99	1.101.168,14	1.092.757,13	1.092.757,13	1.066.575,00	1.083.388,74	1.620.427,33	1.080.039,34	1.580.610,56	1.053.740,28	1.052.268,02	1.050.745,74	13.975.691,40	-
Pensões	526.780,61	526.768,71	526.768,71	526.768,71	488.079,12	488.079,12	738.721,78	488.079,12	757.728,79	505.152,50	505.152,50	505.152,50	6.583.232,17	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.627.994,60	1.627.936,85	1.619.525,84	1.619.525,84	1.554.654,12	1.289.707,43	2.175.197,67	2.537.583,83	2.338.339,35	1.558.892,78	1.557.420,52	1.555.898,24	21.062.677,07	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	120.882,78	-	1.457.544,49	-	-	-	-	1.578.427,27	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.627.994,60	1.627.936,85	1.619.525,84	1.619.525,84	1.554.654,12	1.168.824,65	2.175.197,67	1.080.039,34	2.338.339,35	1.558.892,78	1.557.420,52	1.555.898,24	19.484.249,80	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.992.929,31	11.151.371,86	11.018.433,44	11.012.896,89	11.032.488,13	11.969.689,66	19.086.497,20	20.340.278,86	13.839.667,00	11.452.939,09	11.303.084,47	11.339.261,40	154.539.537,31	2.480.375,03
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL							VALOR				% SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)							763.023.603.538,79							
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)							157.019.912,34				0,020579			
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)							212.425.771,23				0,027840			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)							201.804.482,66				0,026448			
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)							191.183.194,10				0,025056			

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão: 25 de maio de 2021 às 13:00hs.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021, publicada em 24 de maio de 2021.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

R\$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				178.082.589,41	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				21.062.677,07	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				157.019.912,34	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,020579%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO\1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,027920%	213.036.189,96
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,027892%	212.822.543,35
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente\2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,027840%	212.425.771,08
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Raimunda Mendes Costa
 Analista Judiciária – Auditoria Interna

Sherlan Buhatem Anunciação
 Secretário de Administração e Finanças Substituto

Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
 Presidente